



FALANDO SOBRE SEXO: A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

Laís Ribeiro da Silva¹ - PUCC
Luciane Kern Junqueira² - PUCC
Simone Sendin Moreira Guimarães³- PUCC

RESUMO

Falando sobre sexo: A educação sexual nas escolas. Campinas, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Ciências Biológicas, Centro de Ciências da Vida. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

A escola exerce um papel de grande importância na educação sexual, mesmo diante da realidade de hoje, na qual o tema sexualidade é mais abertamente debatido nos meios de comunicação. A sexualidade é facilmente discutida entre adolescentes, porém quando as questões abordadas se tornam mais complexas, estes não possuem o devido esclarecimento para sanar as dúvidas, e por sua vez, pais se despreocupam com a educação sexual em casa, por acreditarem que esta é passada dentro das salas de aula. O presente trabalho tem por objetivo identificar o conhecimento sobre temas relacionados a sexualidade dos alunos participantes. A coleta de dados do trabalho foi realizada através da aplicação de um questionário, com 20 questões de múltipla escolha sobre o tema educação sexual e sexualidade, direcionado aos alunos do Ensino Médio de escolas públicas e particulares da cidade de Campinas. Os resultados obtidos indicam a deficiência da educação sexual na rede pública e privada.

Termos de indexação: Adolescentes, Sexualidade, Doenças Sexualmente Transmissíveis.

INTRODUÇÃO

A sexualidade é tão antiga como o ser humano. Falar sobre sexualidade é referir-se a sentimentos, emoções e afetos fundamentais no desenvolvimento e na vida do ser humano. Assim, a sexualidade é objeto de um processo de humanização progressivo, e nos tornamos cada vez mais donos dela conforme nossos interesses (MARTÍNEZ; PASCUAL, 1995, MEIRELLES, 1997).

Segundo Berge (1970), a sexualidade não começa na adolescência, mas o adolescente lhe acrescenta uma dimensão nova, devido a recente maturidade das glândulas genitais, com todas as conseqüências: morfológicas, libidinosas, psicológicas e sociais que lhe acarreta, mas para o adolescente, passar por todas as transformações físicas e psicológicas em um tempo relativamente muito curto, dificulta o dialogo aberto entre pai e filho, gerando preocupações, duvidas e medos (BOUER, 2002).

A percepção da sexualidade é oferecida as crianças e adolescentes dentro e fora da escola. (SOUZA, 1997) A primeira educação sexual é oferecida pelos pais aos seus filhos, de forma consciente ou inconsciente, após a concepção. É através da relação com os pais que desenvolve-se capacidade de relacionamento afetivo e sexual, é possível elaborar uma informação completa, que combine a necessária descrição fisiológica com outros aspectos inseparáveis, como os sentimentos, a responsabilidade, o prazer, a comunicação e o afeto (SUPLICY *et al.*, 1988, GALLOTTI, 2005).

7

Essa informação sexual completa, que envolve aspectos físicos e psicológicos, ponto fundamental da educação sexual, cabe aos pais, de forma a não poder ser substituída por outra pessoa (SUPLICY *et al.*, 1988).

É mais que evidente que os pais, imprescindivelmente, devem se encarregar da educação sexual, principalmente na primeira infância, e também na adolescência, como o problema da educação sexual é um dos mais complexos da educação familiar, os pais tendem a relegá-lo para outros, como se fosse algo sem tanta importância que pudesse ser

feito por outra pessoa, muitas vezes exigindo essa responsabilidade da escola, fazendo com que ela supra a falta de informação e orientação que não se consegue discutir em casa (CHARNONNEAU, 1979, GUIRADO, 1997)

A escola não pode e nem deve substituir a família, porém, deve ser o local onde a educação proporcionada pela família se complementa. A escola deve procurar auxiliar o jovem a descobrir e a desenvolver suas próprias capacidades sexuais, bem como facilitar o desenvolvimento de suas possibilidades e do potencial como ser sexual e social, de modo a ajudá-lo a se tornar uma pessoa autônoma (PINTO, 1999).

Os pais precisam assumir, concretamente, sua responsabilidade: responsabilidade esta que não é de mais ninguém, mesmo os mais extraordinários educadores do mundo não poderão dar aos jovens uma educação sexual adequada. Os pais devem ter consciência de que o seu papel é inalienável, de que não podem entregar sua responsabilidade a outrem (CHARNONNEAU, 1979).

É necessário e fundamental que o programa de orientação sexual se construa a partir das questões e dúvidas trazidas pelos próprios alunos (SAYÃO R., 1997) O trabalho sobre a sexualidade fundamenta-se em três eixos estruturais, que são divididos apenas para efeito didático, pois são na verdade, intimamente relacionados entre si e constituem as dimensões que se colocam na abordagem de qualquer conteúdo escolhido. São eles: o corpo humano, as relações de gênero e a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis dentre elas a AIDS (SAYÃO, 1997).

Diariamente os estudantes são bombardeados por informações sobre sexo transmitidas por amigos, filmes ou programas de televisão, jornais entre outros, estas podem assumir a forma de um artigo de jornal sobre AIDS ou do texto de propaganda de um desodorante para higiene íntima feminina, tudo isso faz parte da educação sexual a que estão expostos os jovens em nossa sociedade. Parte dessa massa de informações é fato, parte é ficção. A menos que o adolescente disponha de fontes confiáveis, ele não terá condições de distinguir uma da outra. Provavelmente a maior fonte de informação sobre sexo e sexualidade para os adolescentes são os pais (GALE, 1989).

É importante frisar que a formação familiar (valores, religião) deve ser respeitada e considerada, sem extremos de assimilação passiva nem rebeldia. A responsabilidade sobre a prática sexual não tem idade, sexo, classe social ou religião determinada (LIMA, 1994).

Segundo JÚNIOR (1997), o comportamento sexual é imposto por parâmetros sociais, sofrendo influencia da família, religião e escola que o exige uma modelagem homogenia da sociedade. A contribuição para a informação sexual, dentre as disciplinas do currículo é estabelecida pelo professor de ciências ou de biologia, que possui embasamento teórico para ministrar temas sobre reprodução sexual, fisiologia e anatomia dos aparelhos reprodutores, no entanto para orientar sobre o tema sexualidade, perante as situações emocionais, culturais e éticas, sente-se a falta de preparo e uma postura pedagógica critica e democrática (SAYÃO, 1997). É necessário que durante a formação acadêmica do professores de ciências e de biologia, estes recebam as orientações necessárias para adquirir um perfil educacional que os possibilite ministrar com melhor desenvoltura a educação sexual. A escola possui um papel de grande importância quando se diz respeito à educação sexual e deve passar a ser um espaço democrático, onde opiniões, incertezas, divergências e diferenças devem ser discutidas e superadas. Cabe à escola o papel de esclarecer, informar e orientar (JÚNIOR 1997).

A sexualidade humana é objeto de novas interpretações, que se traduzem em novas atitudes, que reinterpretem as passadas, e justificam e valorizam os comportamentos sexuais da atualidade. A sexualidade evolui e continuará evoluindo e mudando de acordo com os processos de humanização e aculturação (MARTÍNEZ; PASCUAL, 1995)

Os programas de educação e orientação sexual podem ser bastante diversificados, dependendo da turma de alunos e suas características, assim como do contexto escolar. A proposta é a que, em qualquer tema escolhido, o coordenador dos trabalhos possa operar nas dimensões dos principais eixos a se discutir, relativos à corpo humano, relações de gênero e a prevenção as DSTs, passando também por temas que os alunos possuam dúvidas, angústias e curiosidades. A orientação sexual, ao fomentar maior consciência de si e do outro e reconhecer como lícito o direito ao prazer, proporciona aos jovens forma mais qualificada. No trabalho com a sexualidade na escola, o que está em questão, é a vida em uma de suas formas mais plenas (SAYÃO, 1997).

Uma vez que a sexualidade nasce com o ser humano esta o acompanha durante toda a sua vida. Começa com o comportamento natural e instintivo do bebê que se toca nos genitais e continua com brincadeiras exploratórias infantis, como brincar de ‘médico’. Mas é na puberdade que a sexualidade desperta ativamente para percorrer um caminho de

aprendizagem e experimentação chamado adolescência, que desembocará na maturidade sexual (GALLOTTI, 2005).

OBJETIVO

O presente trabalho teve por objetivo identificar as informações e conhecimentos dos adolescentes do Ensino Médio, das escolas públicas e privadas de Campinas, sobre questões sexuais, tais como métodos contraceptivos, DSTs entre outros assuntos, a fim de contribuir também para o aprimoramento do conhecimento sobre os temas citados, fornecendo subsídios para tomada de decisões responsáveis por parte dos alunos.

CASUÍSTICA E MÉTODOS

Local de estudo

O presente trabalho foi desenvolvido na cidade de Campinas/São Paulo. O município conta com rede de água, luz, esgoto e asfalto e é apresenta aproximadamente 220 mil domicílios, contando com uma população aproximada de 1,1 milhão de habitantes, segundo dados do IBGE 2009.

Seleção das escolas

O trabalho foi realizado com a participação efetiva de 10 escolas escolhidas de forma aleatória, incluindo escolas públicas e privadas, da área urbana da cidade de Campinas, São Paulo.

Aplicação do questionário e coleta de dados

A coleta de dados foi realizada através da formulação de um questionário com 20 questões de múltipla escolha, direcionado para alunos do Ensino Médio. As turmas participantes foram escolhidas através de sorteio, com participação anônima de 20 alunos por escola.

Análise dos dados

Através de uma análise quantitativa dos dados obtidos nos questionários realizados nas salas de aula das 10 escolas participantes, calculou-se o percentual de ali responderam cada uma das opções nas 20 questões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra da pesquisa contabilizou 200 alunos (100 alunos de escolas públicas e 100 de escolas particulares) dentre os quais, 50% do sexo feminino e 50% masculino. A idade (considerando ambos os sexos) oscilou entre 15 e 21 anos para os alunos das escolas públicas. Já nas escolas particulares, a média cai e a idade máxima é de 18 anos. Esse índice pode ser explicado, provavelmente, pela existência de diferenças sócio-econômicas, que faz com que muitos alunos do Ensino Médio de escolas estaduais necessitem conciliar estudos e trabalho, influenciando diretamente no rendimento escolar.

Em relação aos diferentes graus de relacionamento afetivo/amoroso entre adolescentes de escolas públicas e privadas, entre as escolas privadas a média de adolescentes (feminino e masculino) namorando fixo é 8% superior ao índice da escola pública. Já os adolescentes de escolas públicas que declararam estar ficando com mais de uma pessoa, superam em 13% os alunos de escolas privadas. A maior diferença observada foi entre meninos que declararam não estar se relacionando, sendo 20% superior para as escolas privadas.

A frequência de adolescentes que já iniciou a vida sexual é maior em escolas públicas e entre meninos. Esta diferença se dá, provavelmente, às questões sócio-econômicas, que refletem no comportamento de grupo. Já entre meninas, a iniciação sexual é maior nas adolescentes de escolas privadas fato que pode ser explicado por estas estarem namorando fixo.

Segundo Martins *et al.* (2006), a média brasileira para a iniciação sexual varia entre 13,9 e 14,5 anos entre adolescentes do sexo masculino e 15,2 e 16 anos entre adolescentes do sexo feminino. No presente estudo, as maiores frequências se deram nas idades 14 (24%) e 15 (22%) anos para meninos de escolas públicas e 14 (16%), 15 (12%), 16 (16%) anos para meninos de escolas privadas e 16 (20%) anos para meninas de escolas públicas e 15 (24%) anos para meninas de escolas privadas.

Quanto à utilização de preservativo na primeira relação, percebe-se uma grande diferença entre os alunos de escolas públicas e privadas. A incidência do não-uso de preservativo na primeira relação entre jovens do sexo masculino de escolas estaduais é de 38% superior aos jovens de escolas privadas, o que pode ser um reflexo da iniciação sexual mais precoce e com menos preparo.

O uso do preservativo em todos os tipos de relações sexuais é praticado por menos de 30% das mulheres e uma frequência maior pelos homens (ABDO, 2004).

No presente estudo, foi constatada uma frequência de 66% dos adolescentes (meninos e meninas) de escolas públicas que acreditam ser dolorosa a primeira relação sexual e 80% de escolas privadas. Essa preocupação se dá possivelmente pela falta de preparo para iniciação sexual, precocidade de iniciação e falta de auto-conhecimento corporal.

Dentre jovens de 18 a 25 anos, 23,9% das mulheres e 7,9% dos homens (n=2.735) sofrem com dores relacionadas ao ato sexual. A dispareunia, que é dor relacionado com o ato sexual, pode ocorrer antes, durante ou após a relação. Tais condições se devem, em parte das vezes, à falta de tranquilidade e de relaxamento para a o ato (ADBO, 2004).

Segundo Muller (2009), entre 10% e 15% das mulheres em diferentes etapas da vida apresentam incômodos ou dor na penetração vaginal. A prática sexual deve ser prazerosa e não dolorosa; a dor significa algum tipo de problema, que pode ser orgânico (referente a infecções, traumatismos ou doenças sexualmente transmissíveis), emocional/comportamental (referente ao aprendizado equivocado e ao desconhecimento do próprio corpo) e psicológico (podendo relacionar conseqüências da orgânica e/ou da comportamental, considerando emocional e físico).

Quanto à frequência de consultas ginecológicas/urológicas entre alunos do sexo feminino e masculino, nota-se maior prevalência entre meninas (considerando escolas públicas e privadas) do que entre meninos, sendo 12% a mais de meninas de escolas privadas, provavelmente devido a questões socioeconômicas que possibilitam as adolescentes das escolas particulares o acesso aos consultórios ginecológicos. Entre os adolescentes do sexo masculino, observa-se o oposto, uma maior frequência de consultas urológicas entre meninos das escolas públicas, sendo 12% superior aos alunos das escolas

privadas, dado que pode ser explicado pela diferença de idade entre os adolescentes, sendo os de escolas públicas de idade superior.

A primeira menstruação e a primeira ejaculação caracterizam o amadurecimento dos órgãos genitais. Tal acontecimento deve ser seguido da primeira ida ao ginecologista (meninas) e urologistas (meninos), com o intuito examinar o corpo recém amadurecido e esclarecer dúvidas (MULLER, 2009).

Dentre os adolescentes de escolas públicas, a maior fonte para a discussão e esclarecimento de dúvidas sobre sexo são os amigos, totalizando 82% entre adolescentes do sexo masculino e 70% do sexo feminino.

Nas escolas públicas, apenas 22% dos meninos e 8% das meninas tiram dúvidas sobre sexo com os pais, fato que pode ser explicado por fatores sociais como a impossibilidade de maior contato entre pais e filhos devido a necessidade de trabalho de ambos, diminuindo tempo de diálogo. Observa-se nas escolas privadas, um equilíbrio entre as fontes de esclarecimento e orientação sexual “amigos” e “pais”. 62% dos adolescentes de sexo masculino e 60% do sexo feminino citam amigos como fonte de esclarecimento para dúvidas, e 54% e 66% de meninos e meninas, respectivamente, citam pais como esta fonte de orientação (FIGURA 1 e 2).

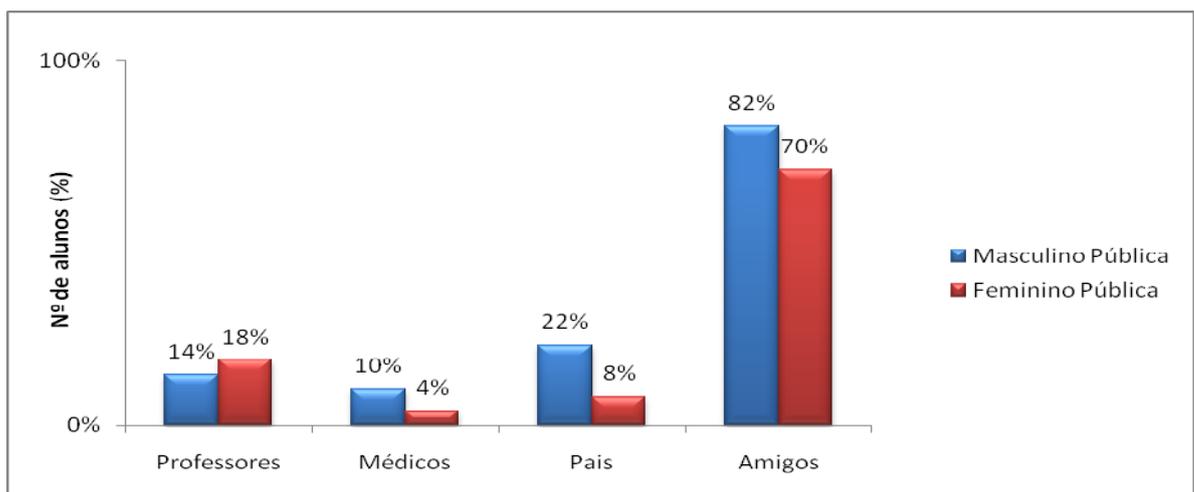


Figura 1: Frequência relativa (%) quanto a referências para questionamento/discussão sexual entre meninos e meninas de escolas públicas participantes.

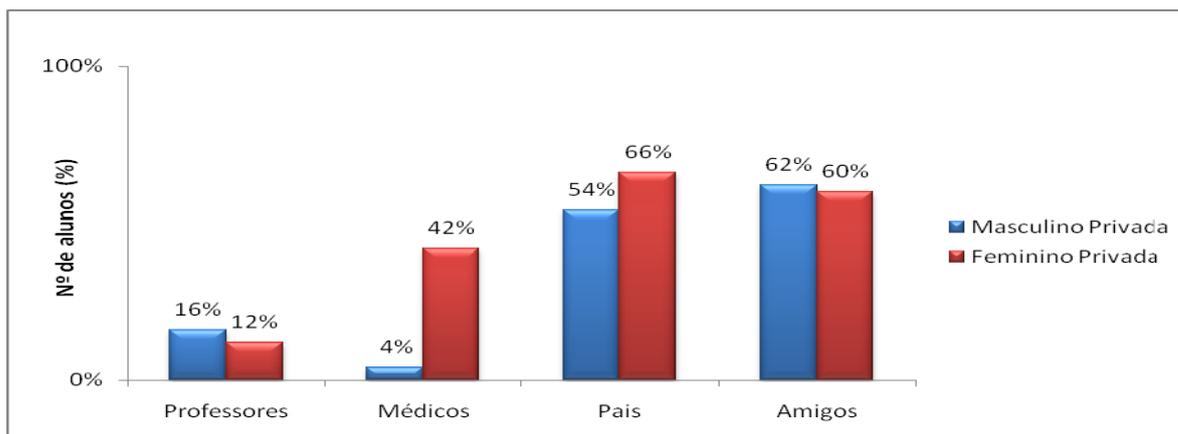


Figura 2: Frequência relativa (%) quanto a referências para questionamento/discussão sexual entre meninos e meninas de escolas privadas participantes.

Segundo Abdo (2004), entre jovens do sexo feminino entre 18 e 25 anos, 45,8% procuram orientação de pais/responsáveis e 24% de amigos. Já entre jovens da mesma idade, do sexo masculino a porcentagem muda para 45% que procuram amigos para esclarecer dúvidas sobre sexo e 42,3% tiram dúvidas com os pais.

Quando questionados sobre a realização de projetos de Educação Sexual nas Escolas, notou-se aceitação de 92% dos alunos de escolas públicas e 98% entre as escolas privadas.

Dentre as sugestões de qual disciplina deveria abordar essa temática, destaca-se Biologia como a disciplina de preferência entre alunos de escolas públicas, totalizando 84%, e 93% de alunos das escolas privadas.

Hoje, quem contribui para a educação sexual dentre as disciplinas do currículo escolar é o professor de Ciências ou Biologia, que possui embasamento teórico para ministrar temas sobre reprodução sexual, fisiologia e anatomia dos aparelhos reprodutores. No entanto, para orientar sobre o tema sexualidade perante as situações emocionais, culturais e éticas, sente-se a necessidade de um preparo e uma postura pedagógica crítica e democrática (SAYÃO, 1997). É necessário que durante a formação acadêmica do professores de Ciências e Biologia, que estes recebam as orientações necessárias para adquirir um perfil educacional que os possibilite ministrar, com melhor desenvoltura, a educação sexual (JÚNIOR, 1997).

Em relação sugestão da idade de iniciação sexual nas escolas públicas, a idade mais sugerida entre as meninas é de 18 anos (26%), e de 15 e 16 anos (18%) entre os meninos. Já nas escolas privadas a idade mais sugerida foi 16 anos (38%) entre meninos e meninas.

Essa opinião dos adolescentes sobre a melhor idade para iniciação sexual não se distancia dos dados sobre o percentual de iniciação sexual no Brasil.

Entre os adolescentes de escolas públicas e privadas, é observada uma grande diferença sobre a prática da masturbação entre meninos e meninas. Nas escolas públicas, apenas 12% dos meninos alegam não praticar a masturbação assim como 90% das meninas. Entre os alunos das escolas privadas, a masturbação é praticada por 94% dos meninos, em diferentes frequências. Entre as meninas, apenas 18 % se masturbam.

Segundo Abdo (2004), na adolescência a masturbação reflete um interesse de primeira grandeza, esta é mais praticada e discutida com mais frequência entre meninos do que meninas. É pela masturbação que o jovem conhece sua capacidade de excitação, ereção, orgasmo e relaxamento pós-orgasmo, com isso se desenvolve para uma relação sexual, por aprender a controlar todas essas etapas.

Fica notório, no presente trabalho a dificuldade de entre adolescentes de ambos os sexos, conversarem abertamente sobre assuntos relacionados a sexualidade com os pais. Falar sobre sexo não deve ser um tabu para os pais, esse é um dever que deve ser realizado desde a primeira infância.

Uma das dificuldades em lidar com a sexualidade dos filhos segundo Suplicy (1991), é que para isso, os pais necessitam se defrontar com a própria sexualidade e esta é uma situação que por muitas vezes, gera angústia por essa sexualidade dos filhos trazer à tona para os pais aspectos reprimidos de sua sexualidade.

Os pais precisam assumir, concretamente a responsabilidade de uma educação sexual adequada, além de terem consciência de que o seu papel é inalienável, de que não podem entregar sua responsabilidade a outrem (CHARNONNEAU,1979).

Através dos resultados obtidos com o presente trabalho sobre os métodos contraceptivos conhecidos por adolescentes de escolas públicas e privadas, notam-se particularidades entre gêneros e graus sociais.

Dentre os contraceptivos conhecidos entre meninas de escolas públicas estão: Pílula (100%), Camisinha masculina (96%), Camisinha feminina (82%) e "Tabelinha" (70%). Já entre os meninos destacam-se: Camisinha masculina (100%), Pílula (56%), Camisinha feminina (52%) e "Tabelinha" (24%).

Nas escolas privadas esse percentual para o conhecimento dos contraceptivos é mais elevado, sendo os mais conhecidos pelas meninas: Camisinha feminina (100%), Pílula (100%), Camisinha masculina (84%) e "Tabelinha". Entre os meninos: Camisinha feminina (100%), "Tabelinha" (90%), Camisinha masculina (86%) e Pílula (84%) (FIGURA 3 e 4).

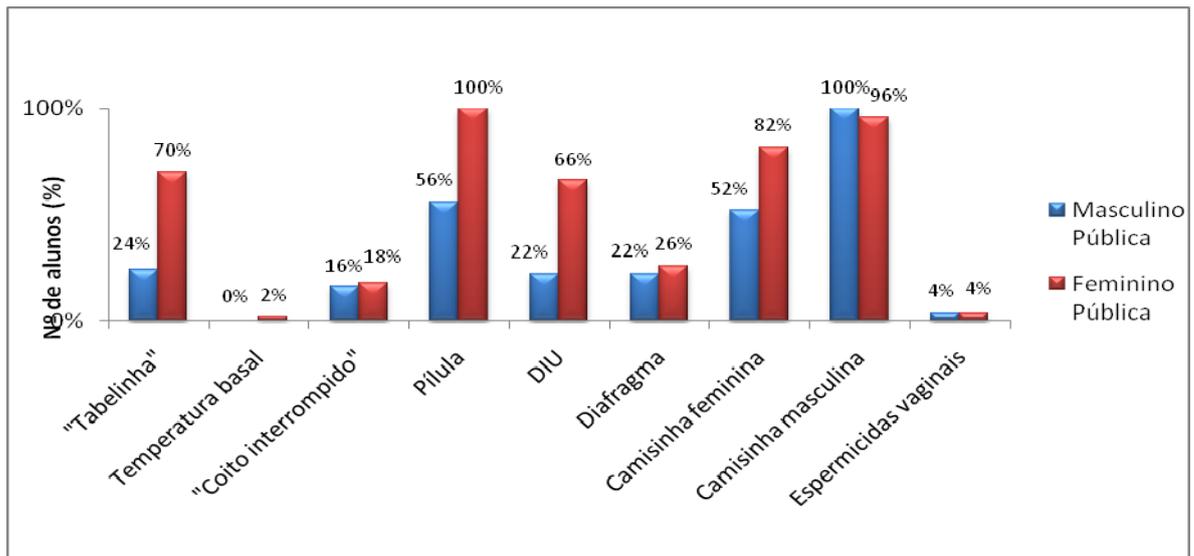


Figura 3: Frequência relativa (%) quanto a conhecimento de métodos contraceptivos por adolescente do sexo feminino e masculino das escolas públicas participantes.

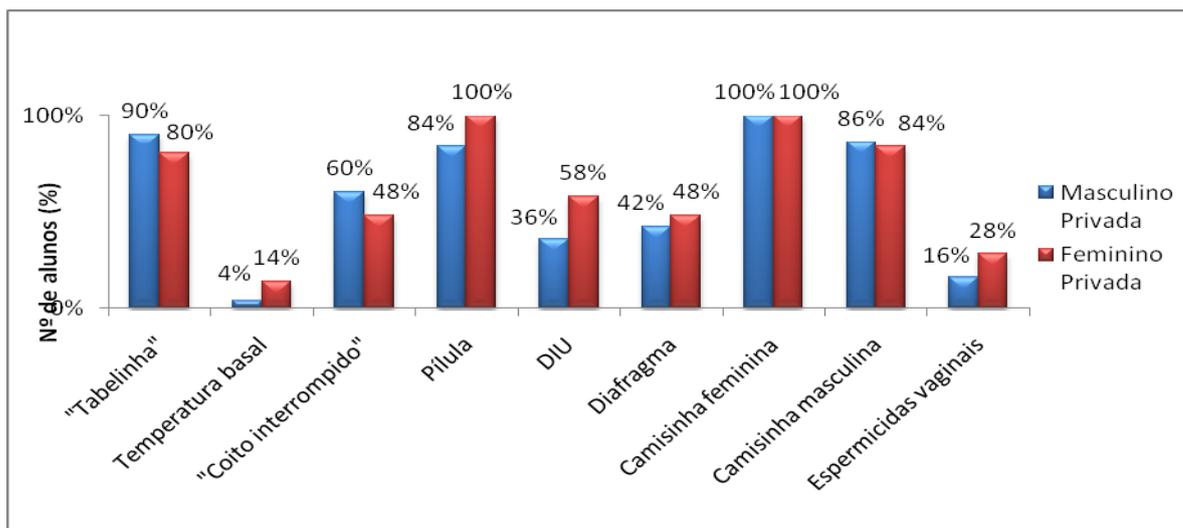


Figura 4: Frequência relativa (%) quanto a conhecimento de métodos contraceptivos por adolescente do sexo feminino e masculino das escolas privadas participantes.

Segundo Martins (2006), os adolescentes de ambas as escolas têm um conhecimento insatisfatório sobre os métodos contraceptivos, embora o conhecimento dos adolescentes das escolas privadas tenham se revelado superior. Corroborando com os dados do presente trabalho.

Na auto-avaliação sobre o conhecimento de doenças sexualmente transmissíveis, foma de contágio e prevenção, os alunos de escolas públicas avaliam seu conhecimento aprofundado, superior a auto-avaliação dos alunos de escolas privadas.

Alunos do sexo femino e masculino, de escolas públicas e privadas, não se distanciam na auto-aviliação sobre seus conhecimentos, reforçando a necessidade de investimento na população de adolescente em geral, e não apenas priorizando os níveis sociais mais baixos.

CONCLUSÃO

É clara a necessidade participativa da família na educação sexual. Tabus, mitos e crenças sobre a sexualidade presentes no contexto familiar do adolescente influenciam diretamente no seu desenvolvimento e comportamento sexual.

Os resultados do presente estudo abrem espaço para uma reflexão a respeito da importância da educação sexual dentro das escolas e enfatiza através dos resultados obtidos a aceitação dos alunos, sobre a inclusão de projetos de educação sexual que visem esclarecer mitos e tabus, e questionamento de conceitos que possam prejudicar a saúde e a qualidade de vida desses adolescentes. Possibilita também a discussão sobre todos os fatores que abrangem a sexualidade (psicológicos, biológicos e físicos) atingindo não somente alunos, como também pais e professores, em diferentes níveis sociais, todos estes que devem estar diretamente e conjuntamente envolvidos com o tema, educação sexual.

REFERÊNCIAS

ABDO, C. H. N. Descobrimento sexual do Brasil: para curiosos e estudiosos. São Paulo: Summus, 2004.

BERGE, A. A sexualidade hoje. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A., 1970.

BOUER, J. Sexo e Cia: As dúvidas mais comuns (e as mais estranhas) que rolam na adolescência. São Paulo: Publifolha, 2002.

CHARBONNEAU, P-E. Educação Sexual: Seus fundamentos e seus progressos. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1979.

GALE, J. O adolescente e o sexo: um guia para os pais. São Paulo: Best Seller, 1989.

GALLOTTI, A. Guia sexual para adolescentes: Todos os segredos do seu corpo. São Paulo: Editora Planeta do Brasil Ltda., 2005.

GUIRADO, M. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO J. G. (Org.). *Sexualidade na escola: Alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p. 25-42

JÚNIOR. A. L. Os sentidos da sexualidade: natureza, cultura e educação. In: AQUINO J. G. (Org.). *Sexualidade na escola: Alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p. 87-95.

LIMA, H. Educação sexual para adolescentes: Desvendando o corpo e os mitos. São Paulo: Iglu Editora, 1994.

MARTINEZ, T. P.; PASCUAL, C. P. Compreender a sexualidade: Para uma orientação integral. São Paulo: Paulinas, 1998.

MARTINS, L. B. M. *et al.* Conhecimento sobre métodos anticoncepcionais por estudantes adolescentes. *Saúde pública*, v. 40, n. 1, p. 57-64, 2006.

MEIRELLES. B. J-A. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO J. G. (Org.). *Sexualidade na escola: Alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p.71-86

MULLER, L. Altos papos sobre sexos do 12 aos 80 anos. São Paulo: Globo, 2009.

PINTO, E. B. Orientação sexual na escola: A importância da psicopedagogia nessa nova realidade. São Paulo: Editora Gente, 1999.

PINTO, H. D. S. A individualidade impedida: Adolescência e sexualidade no espaço escolar. In: AQUINO J. G. (Org.). *Sexualidade na escola: Alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p. 43-52.

SAYÃO, R. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO J. G. (Org.). *Sexualidade na escola: Alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p. 97-105

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO J. G. (Org.). *Sexualidade na escola: Alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p. 107-118.

SILVA, P. M-C.; SAYÃO, Y.; EGYPTO, A-C. *et al.* Educação sexual: Uma responsabilidade dos pais. In: SUPLICY, M. (Org.). *Orientação para educadores: Sexo para adolescentes*. São Paulo: FTD, 1988.

SOUZA, C. C. M-C. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO J. G. (Org.). *Sexualidade na escola: Alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p. 11-23.

SUPLICY, M. *Conversando sobre sexo*. Petrópolis, RJ: Autorama, 1991.

CÂMERA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2009:

<http://www.camaracampinas.sp.gov.br/conheca-campinas> Acesso em: 25 out. 2009